

## Resumo

Costa, M. L. S. (2022). Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 2022. 127f. Tese. Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR<sup>1</sup>.

*Mariana Lins e Silva Costa*<sup>2</sup>

A pesquisa aqui apresentada decorre e continua as investigações empreendidas na dissertação de mestrado concluída no ano de 2014 (Costa, 2014). Na ocasião, estudávamos as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para compreensão e enfrentamento da violência nas escolas. Depois de alguns anos do término da pesquisa, fui questionada em uma aula de pós-graduação acerca de um caso de violência na escola, em que o aluno jogou a tesoura em uma professora. Após o relato, me perguntaram: “O que ele tem?”

A pergunta feita soou como a busca por um diagnóstico ou patologia que explicasse o fato de uma criança atirar uma tesoura contra a professora. Durante o mestrado, tínhamos dissertado sobre o caráter social e histórico das condutas humanas como forma de enfrentamento às teses biologicistas, mas a pergunta da professora me conduzia a outro lugar de pesquisa: a necessidade de aprofundar a explicação sobre a formação cultural da conduta violenta. Essa é a origem da pesquisa que aqui apresentamos.

---

<sup>1</sup> A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, PR, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Mari Shima Barroco, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e período sanduíche (PDSE/CAPES) na Universidad de Sevilla, Espanha, sob orientação do Prof. Dr. Manuel de la Mata Benitez..

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia, docente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5597-1494>. E-mail: [mlscosta@uefs.br](mailto:mlscosta@uefs.br).

Discutir a violência no Brasil e suas instituições e o papel da Psicologia é uma tarefa que se faz urgente. Na tese aqui apresentada teve como objeto de pesquisa a formação social da conduta violenta e como objetivo geral compreender e explicar, a formação psíquica e sua relação com a violência estrutural e social. Justifica-se sua realização ante a violência crescente na sociedade brasileira, expressa pelos indicadores oficiais publicizados, acompanhada pela concepção de que ela seja manifestação de traços ou características da personalidade e/ou fruto de opção dos indivíduos. Corroborar com isso a escassez de estudos específicos sobre essa temática a partir da Psicologia Histórico-Cultural. A metodologia eleita foi a pesquisa bibliográfica a partir da qual houve levantamento, seleção e análise de fontes primárias secundárias. Os fundamentos essenciais desta tese são baseados em conhecimentos que permitem uma explicação de uma ordem materialista dialética e histórica, que no nível psicológico pode ser encontrada em Martín-Baró e Vigotski, somadas às contribuições de Vázquez e Pino.

Na primeira seção, tínhamos como objetivo contextualizar o panorama da violência no Brasil analisando seus dados e estatísticas (Atlas da violência, 2018; 2019; 2021; Anuário de Segurança pública, 2019) a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo e tecer reflexões acerca da práxis do (a) psicólogo (a). A leitura e apresentação dos dados, além de proporcionar uma compreensão mais complexa sobre o problema no país, é relevante porque orienta políticas públicas no país.

Os números revelam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo, sobretudo com a população negra das periferias. Os documentos atestam haver um verdadeiro genocídio da população negra brasileira. A análise empreendida não se deu sobre os números, mas sim às explicações trazidas por estes relatórios. Em resumo esses documentos explicam que a violência brasileira é resultado da ausência do Estado via políticas públicas e apontam o investimento do Estado para a correção da violência, como se esta fosse uma espécie de desvio de uma sociedade harmoniosa.

Entendemos que ao trazer como Estado e as políticas públicas como a solução da violência capitalista os pesquisadores lidam com as consequências do problema e não com suas verdadeiras causas. A violência capitalista é resultado do próprio capitalismo, é gerido e orquestrado pelo Estado e, portanto, não pode ser combatida por ele. A organização para produção capitalista se estrutura pela violência, pois se funda na expropriação do trabalhador dos seus meios de produção e se assenta na exploração do homem pelo homem, fonte inesgotável de desigualdade. Ou seja, negar a violência estrutural é manter intocada toda lógica de organização social que é edificada sobre violência.

Disto nós destacamos dois problemas: 1) um de ordem teórico-metodológico: a ausência de radicalidade na análise, pois parte da aparência do problema e nela permanece e 2) outro político, que decorre desta primeira: mantém intocada a gênese da violência social – a estrutura e organização da sociedade capitalista. Podemos afirmar ainda um terceiro problema: a atuação da Psicologia presa à ideia de atuação crítica voltada somente às políticas públicas, conforme apresentado por Lacerda Jr (2015).

Para o trabalho do (a) psicólogo (a) o reconhecimento da violência estrutural é fundamental para as suas análises e a sua práxis. As instâncias de atuação junto às políticas públicas são espaços importantes de enfrentamento à miséria e à violência, mas não é suficiente. Tal reflexão reconduz a atuação profissional junto também aos lugares de luta contra o capitalismo e não somente contra suas consequências cotidianas.

Desta seção concluímos que qualquer discussão sobre violência que não considere a violência estrutural capitalista está condenada a manter-se na superfície do problema que, além de não encaminhar soluções reais, contribui para sua reprodução. Quando defendemos a tese de que a Psicologia assume caráter científico quando fundamentada no materialismo histórico-dialético, é a isso que fazemos referência: a possibilidade de revelar as determinações históricas e sociais que nesta sociedade fazem da violência uma forma de vida.

Na segunda seção tivemos como objetivo apresentar os fundamentos teórico-conceituais de Vázquez (2011), Pino (2007) e Martín-Baró (1990, 2012) para explicação da violência. Iniciamos com o aporte filosófico de Vázquez sobre a relação entre práxis e violência e damos destaque especial à Martín-Baró pela relevância da sua discussão sobre violência como fenômeno psicossocial. A partir do que expõe Vázquez (2011) sobre a relação entre violência e práxis, pudemos responder a uma questão fundamental à Psicologia: a violência é um atributo humano? É comum que a violência e a agressividade sejam colocadas como características humanas, como uma pré-disposição instintiva que pode ou não desabrochar, a depender do ambiente. Pela teorização de Vázquez (2011) podemos responder a essa pergunta de maneira radicalmente diferente.

A violência é um atributo humano, mas seu enraizamento não está no psiquismo e sim na sua práxis (Vázquez, 2011). A ação de violar o outro não é um comportamento instintivo ou biológico, pois, ainda que seja próprio do ser humano, a sua gênese está na atividade de trabalho e não no psiquismo. Seu enraizamento está na relação entre o sujeito e seu momento histórico e, dessa forma, a única condição em que a violência pode ser considerada um atributo humano é condicionada à sua práxis produtiva, artística ou social. O exercício da força ou da coação é o próprio do ser humano porque somente nós podemos pensar, planejar e executar uma ação intencionalmente, impor a força com determinado objetivo, mas suas razões estão postas nas relações sociais de cada momento histórico. Por isso afirmamos ser a violência um comportamento humano de natureza histórica e social.

A violência não se apresenta somente em seu caráter social, posto que também é humano, deve ser compreendido a partir desta unidade sujeito-sociedade. Este é um pressuposto metodológico importante postulado por Vigotski (2018): a necessidade de compreender o desenvolvimento psíquico a partir da relação entre o indivíduo e seu meio. Por esta orientação epistemológica chegamos também a Martín-Baró. Nesta seção, tecemos discussões a partir do que problematiza o autor quando explica sobre a violência na vida das pessoas e como

recurso em suas relações de maneira imbricada à violência vividas em El Salvador, na América central e em toda América Latina.

A historicidade marca a obra de Martín-Baró e orienta toda discussão acerca da violência como resultado de uma organização para a produção que viola todos os direitos e a dignidade humana já em sua estrutura. Ao postular os pressupostos para análise da violência – historicidade, multiplicidade e espiral da violência – Martín-Baró (2012) desmistifica a violência como um comportamento de caráter natural, universal e reduzido à intenção de causar dano, de destrutividade. Ao desmistificar o problema lança sobre ele a possibilidade de compreensão e explicação em suas determinações concretas, situação muito diferente do que fazia a Psicologia tradicional tão criticada por ele. Não existe a violência, existem as violências, no sentido plural e diverso, e que só serão entendidas na sua relação com a história e a sociedade.

A multiplicidade no exercício da violência supera a concepção de diversidade tipológica, também fundamental à interpretação do problema, mas avança quando traz a instrumentalidade da violência e a justificativa ideológica como orientação das condutas violentas. Retira a violência do campo da moral e do sub ou sobrenatural e dá a ela conteúdo humano, histórico e cultural. Além destes, dá também conteúdo político, e isso esbarra no papel da Psicologia.

Trazer o ser humano ao centro da teorização em Psicologia é o que caracteriza a proposta para uma Psicologia concreta de Politzer (1998), algo que é compartilhado por Vigotski. Quando tratada nesses termos, o comportamento violento passa a ser interpretado como ação que ganha significado na vida da pessoa que viola.

Por fim, na terceira e última seção, nosso objetivo foi explicar o desenvolvimento psíquico segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural; e ainda, a partir da tese vigotskiana de formação social da mente, compreender a formação social da conduta violenta. O trabalho original e criativo de Vigotski (1995, 1996) apresenta as leis gerais sobre o

desenvolvimento psíquico que permitem discutir a violência. A teorização do autor faz enfrentamento às teses biologicistas e subjetivistas de desenvolvimento à medida que propõe que o desenvolvimento cultural tem uma história que só pode ser compreendida quando acompanhada à vida concreta do ser humano e seus dramas sociais e pessoais.

O resgate teórico da Psicologia Histórico-Cultural também conduz a outra importante defesa: os conceitos postulados por Vigotski precisam ser apreendidos como um sistema conceitual, ou seja, desde a gênese cultural dos comportamentos até a especificidade da vivência e do drama. Vigotski (2004) chama a atenção para a importância de tomar as leis de desenvolvimento a partir da vida concreta dos sujeitos, de compreender as funções psicológicas superiores como funções da personalidade que têm sua dinâmica no drama de papéis sociais.

Esta se caracteriza como uma leitura concreta dos problemas postos à Psicologia, porque abandona visões abstratas sobre o ser humano e supera, no campo da violência, a equivocada suposição de que este é um fenômeno sobre o qual tudo se sabe, pois tem-se por hipótese seu caráter destrutivo. Além de abstrata, é também uma visão moralizante, pois conduz a análise ao campo do bom e do ruim, da escolha deliberada da violência como finalidade em si e não para si.

As teses biologicistas são superadas quando o autor explica a relação entre funções elementares e superiores. A condição biológica é um fator de desenvolvimento psíquico, mas não o determina e nem o condiciona, mas sobretudo, tem aí o seu fundamento material. A cultura subordina o desenvolvimento biológico ao seu domínio, por isso, a violência não pode ser resultado de combinações hereditárias ou genéticas, posto que é uma maneira de se relacionar com o outro construída ao longo do processo de desenvolvimento.

Quando retornamos à situação do aluno que jogou a tesoura na professora, podemos interpretá-la de uma maneira muito mais complexa do que a resposta inicial, que nega uma patologia em nome da compreensão cultural das condutas humanas. A partir do caráter instrumental e plural da violência, o profissional –

professor (a) ou psicólogo (a) – ganha espaço para outros questionamentos que contribuem por elucidar o fato ocorrido, que é violento, sem dúvida, mas que pode dizer muito mais do que seu resultado. Qual relação foi construída entre professor e aluno? Como o aluno significa ações que podem causar dano? O que o aluno desejava alcançar quando jogou a tesoura na professora? A resposta a essas perguntas permite compreender todo enredo ao qual aquela cena específica faz referência. Lembramos Politzer (1998), quando afirma que um evento só pode ser compreendido enquanto fato psicológico a partir do relato da pessoa que vivencia determinadas experiências. Para a violência, esta premissa também é verdadeira.

Embora a violência cause sentimentos contraditórios naqueles que a protagonizam ou que são vítimas ou espectadores, a sua compreensão nas relações exige que o (a) psicólogo (a) o analise fora do espectro da moral, mas como uma relação que foi construída e travada a partir das vivências e do drama de papéis sociais que cada sujeito encarna nas diversas experiências e situações vividas. Toda relação de poder carrega consigo a possibilidade de violência, e esse fato precisa ser considerado para sua compreensão.

Sobre o papel político da Psicologia frente às demandas a nós endereçadas, resgatamos o texto *Fascismo em Psiconeurologia*, que Vigotski escreve e publica em 1934. Nele, o autor discute as consequências do regime fascista alemão para a psicologia alemã, ou, como a psicologia alemã contribuiu com o regime à medida em que se reorganizou teoricamente em uma aberta orientação e alinhamento fascistas.

Com isso queremos destacar o caráter ético-político daquela psicologia. Em um momento de organização política autoritária e violenta, a psicologia alemã se organizou como seu reflexo e contribuiu com a legitimação do regime nazista buscando justificativas na pretensa determinação biológica da personalidade. Vigotski (2020) fez duras críticas ao papel ideológico cumprido pela psicologia da época e nos traz um alerta importante: a psicologia é fundamentalmente política e sua direção será dada pelas condições sociais de um momento histórico. A

Psicologia não cria regimes totalitários e estes tampouco dependem dela para sua existência, mas como área da ciência pode contribuir com a sua sustentação a partir de explicações individualizantes e ideológicas de desenvolvimento. Por esta perspectiva, a-histórica e a-crítica, os problemas sociais, como a violência, são tomados como problemas individuais resultantes de má-formação, escolarização ou problemas familiares, mantendo intocada a sociedade que as produz.

O momento político vivido no Brasil exige que façamos um exame crítico da práxis da Psicologia nas suas mais diversas áreas quando trata da violência. Entendemos que, ao explicarmos a conduta violenta como uma forma de relação e conduta construída social e historicamente, fazemos enfrentamento a concepções na Psicologia e fora dela, que tomam o indivíduo como resposta aos problemas sociais. Desde a violência que estrutura a sociedade até a violência nas relações interpessoais é fundamental que sejam compreendidas em suas múltiplas determinações: sociais, históricas e pessoais.

Cientes de que este é um tema demasiadamente complexo e extenso, afirmamos serem necessários estudos e pesquisas que debatam sobre a violência a partir da Teoria Histórico-Cultural e da Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Sobre a Psicologia de Vigotski, entendemos que os estudos sobre periodização e pesquisas de campo são caminhos profícuos para fomentar o debate no campo teórico e o embate no campo prático. Martí-Baró é profundamente atual em suas discussões e postulados teóricos, pois contribui para responder aos problemas contemporâneos da sociedade e da psicologia brasileira. Defendemos que é preciso avançar tanto na divulgação do seu trabalho, quanto em novas proposições a partir dele. Os cursos de graduação e pós-graduação nacionais são devedores da obra do autor e, portanto, devedores da compreensão do próprio povo, suas violências e possibilidades de luta e liberdade.

Esperamos que as discussões trazidas por nós incentivem a realização de novas pesquisas, investigações e intervenções sobre o tema a partir da epistemologia marxista. A Psicologia precisa assumir seu papel político no

enfrentamento à sociedade capitalista que produz sofrimento, miséria e violência de maneira incessante. É preciso que estajmos posicionados contra toda forma de violação e isso exige irmos à estrutura da sociedade, à superação do capitalismo. É nesse sentido que esta tese se posiciona, dentro dos seus marcos de produção acadêmica, como enfrentamento à barbárie.

## Referências

COSTA, M. L. e. S. *Violência nas Escolas: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para seu Enfrentamento na Educação*. Dissertação. Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR. (2014) Disponível em: <https://ppi.uem.br/banco-e-teses-e-dissertacoes/linha-de-pesquisa-3-desenvolvimento-humano-e-processos-educativos>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP]. *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo, 2019. Recuperado em 25 de jul 2021, de <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Atlas da violência 2018*. Brasília: Rio de Janeiro, RJ, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro, RJ, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA], & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Atlas da violência 2021* Brasília/Rio de Janeiro, 2021 Recuperado em 12 fev. 2022, de: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>

Lacerda, F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C. E.; CALEGARE, M. G. A. (org.). *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*. (pp.111-128). Porto Alegre: ABRAPSO.

MARTÍN-BARÓ, I. La violencia en centroamerica: una vision psicosocial. *Revista de Psicologia de El Salvador*, IX(36), 123-146, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. *Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica* (2ª ed.). San Salvador: UCA Editores, 2012.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação & Sociedade*, 28(100), 763-785, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300007>

POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: Unimep, 1998.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. (Trad. M. E. Moya, 2 Ed). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*. Tomo III. Madrid: Editorial Visor, 1995.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*. Tomo IV. Madrid: Editorial Visor, 1996.

VYGOTSKY, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. (2018). *Sete aulas de L.S Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. In PRESTES, Z.; TUNES, E. (org). (Trad. C. da. C. G. Santana, 1. Ed). Rio de Janeiro: E-Papers.

VIGOTSKI, L. S. Fascismo em Psiconeurologia. “*Estação MIR*” *Arquivos digitais*, (Trad. A. Delari Junior), 16p., 2020.

Recebido em maio de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.